

ATA N.º 4/2021

SESSÃO ORDINÁRIA DE

30/06/2021

“Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.

-----Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no edifício “Mira Center”, sob a presidência do Ex. mo Sr. Prof. Nelson Miranda Cadete, secretariado pela Sr.ª Eng.ª Regina Maria Duarte Serrano e Sr.ª. Marta Sofia Cunha e Silva.-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA (Art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):-----

-----PONTO UM: Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do nº. 2, do artº. 25º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação - Tomada de conhecimento.-----

-----PONTO DOIS: Aprovação, nos termos da alínea g), do no. 1, do artº. 25º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, da 1ª. alteração do Regulamento do comércio a retalho não sedentário do Município de Mira.-----

-----PONTO TRÊS: Apreciação e votação, nos termos do previsto na alínea l), do no. 2, do artº. 25º. do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na redação da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro, dos documentos de prestação de contas do ano de 2020 e apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do ano de 2020 e a respetiva avaliação.

-----PONTO QUATRO: Aprovação de nova minuta do Acordo de Financiamento do serviço intermunicipal e inter-regional, nos termos da alínea k) do nº. 1 do artigo 25º., ambos do anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. -----

-----PONTO CINCO: Aprovação, nos termos da alínea j) do no 1 do artigo 25º. do Anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, da atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Mira. -----

-----PONTO SEIS: Isenção do pagamento das mensalidades do contrato de fidelização - não ocupação do Parque Municipal de Campismo da Praia de

Mira, no contexto da pandemia da doença covid-19 – Tomada de conhecimento.-----

-----COMPOSIÇÃO DA MESA:-----

-----A mesa ficou constituída pelo Sr. Nelson Cadete, primeiro secretário, em substituição do Sr. Presidente da Mesa, Sra. Regina Serrano, segundo secretário e pela Sra. Marta Cunha e Silva, a qual foi chamada para completar a Mesa da Assembleia Municipal. -----

----- PRESENÇA DO EXECUTIVO: -----

----- Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, o Sr. Vereador, Nelson Teixeira Maltez, a Sr.ª Vereadora, Dr.ª Dulce Helena Ramos Cainé, e a Sr.ª Vereadora, Dr.ª Madalena Santos -----

----- PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

-----Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Hugo Daniel Gomes (em sistema de videoconferência), Nelson Miranda Cadete, Regina Maria Duarte Serrano, Paulo Jorge Santos Grego, Pedro Nunes, Maria Leonor Cruz Reigota Tomás Borralho, João Pedro Ventura Almeida, André Frederico Guilhoto Monteiro, Manuel Ferreira Inocêncio, Carlos Jorge dos Santos Nora, Telma Milene Magueta Salvador, Pedro Jorge Morais Laranjeiro, Carlos Manuel Domingues Veríssimo, Marta Sofia Cunha e Silva, Maria Clara de Simões Clemente, Edite Domingues Custódio, João André Reigota Gomes (em sistema de videoconferência), Vera Lúcia de Jesus Manco, Zélia Domingues Morais, Luís Filipe Alcaide Antunes (em sistema de videoconferência), e os Presidentes das Juntas de Freguesia: de Mira, Artur Jorge Ribeiro Fresco, da Praia de Mira, Francisco Daniel Soares Reigota, do Seixo, Tiago Daniel Castro da Cruz, dos Carapelhos o Gabriel Miranda de Pinho. -----

-----FALTAS-----

-----Verificou-se a falta do Dr. Mário Ribeiro Maduro.-----

----- HORA DE ABERTURA -----

----- Os trabalhos tiveram início às dezoito horas, após a verificação de quórum, com as presenças e as ausências anteriormente referidas. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia cumprimentou todos os presentes, bem como os elementos que se encontravam a participar em sistema de videoconferência, através das plataformas digitais, e passou à aprovação das atas. -----

-----**APROVAÇÃO DE ATAS**-----

-----**ATA DE 25 DE FEVEREIRO DE 2021**-----

-----A ata n.º 1, de 25 de fevereiro de 2021, foi submetida à apreciação dos Membros da Assembleia e aprovada por maioria com uma abstenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, Dr. Francisco Reigota e os restantes votos a favor, por parte do PS, MAR e PSD.-----

-----**ATA DE 08 DE ABRIL DE 2021**-----

-----A ata n.º 2 de 08 de abril de 2021 foi submetida à apreciação dos Membros da Assembleia e aprovada por maioria com duas abstenções do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, Dr. Francisco Reigota e Carlos Nora e os restantes votos a favor, por parte do PS, MAR e PSD.-----

-----**ATA DE 25 DE MAIO DE 2021**-----

-----A ata n.º 3 da reunião extraordinária de 25 de maio de 2021 foi submetida à apreciação dos Membros da Assembleia e aprovada por maioria com uma abstenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, Dr. Francisco Reigota e os restantes votos a favor, por parte do PS, MAR e PSD.--

-----Não participou na votação o Sr. Carlos Nora, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo D.L. n.º 4/2015, de 07 de janeiro. -----

-----**PERÍODO ANTES DE ORDEM DO DIA**-----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

-----Interveio o Sr. **Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, Gabriel Pinho**, questionou sobre as rotundas da variante e da Lagoa, verificou que as mesmas já tinham sistema de irrigação, perguntou para quando estava previsto o ajardinamento das mesmas.-----

---- Questionou a quem competia a limpeza das estradas desde o Matadouro até a variante do Rato Frade, pois era vergonhoso o estado em que se encontravam por falta de limpeza. -----

----- Terminou questionando sobre a competência da Câmara relativamente à reparação de uma casa na Presa, que estava em mau estado devido a um acidente de que tinha sido alvo, a mesma colocava em perigo a normal circulação rodoviária, além de esteticamente se encontrar em muito mau estado.

-----Interveio o **Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, Francisco Reigota**, falou sobre a obra dos parques de estacionamento da Praia de Mira e no Poço da Cruz, realçou que concordava que aquelas obras eram uma mais valia para o concelho e para aquela freguesia, questionou se a matéria prima usada naquelas obras, era a melhor, ou iria dar problemas. Não era engenheiro nem técnico de matérias, mas não era preciso ser muito técnico para perceber que quando houvesse chuva aquele sítio iria ficar lamacento e deteriorado. -----

---- Relativamente às obras da barrinha, questionou que projeto estava em vigor naquele momento, que projeto tinha sido apresentado para concurso a fundos comunitários. Queria saber o que o executivo tinha em mente para aquelas obras.-----

-----Interveio o **Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, Artur Fresco**, falou na rotunda da feira de Portomar, que, finalmente tinha relva e rega, e nas pinturas dos estacionamentos do largo da feira, e do estacionamento do cemitério.-----

-----Questionou sobre algumas artérias que foram intervencionadas com saneamentos, para quando o término das obras e o asfaltamento correspondente, que estava a fazer muita falta.-----

-----Quanto aos parques infantis e de fitness, quando seria a abertura dos que ainda não estavam abertos ao público.-----

-----Ressalvou o facto das obras relativas à paragem do autocarro, em Portomar estarem prontas, e bem feitas.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara, em resposta ao sr. Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos, Sr. Gabriel Pinho, disse que as rotundas estariam prontas o mais rápido possível, era um problema que estava resolvido. Em relação ao problema das estradas, tinha feito vários pedidos às Infraestruturas de Portugal, para que aquelas fossem limpas.-----

----- Relativamente à casa da Presa, tinham estado em constante contacto com o advogado da proprietária e com a seguradora. Já tinham notificado que iam arranjar a casa, assumiam aquele trabalho, e depois seriam ressarcidos do dinheiro que gastassem, pelos donos da casa ou pela seguradora.-----

-----Respondendo à questão do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, Sr. Francisco Reigota, disse que o estacionamento do Poço da Cruz estava pronto, ia ser inaugurado com a Sra Ministra na sexta feira seguinte. O da Praia de Mira, ainda não estava pronto, mas estava utilizável, para a época balnear. O material utilizado nas obras, era material validado e testado, aprovado pela APA, com garantia de cinco anos. -----

----- O projeto da barrinha, foi submetido a pareceres e candidatura, um projeto só da parte da terra, optaram por não submeter o projeto do plano de água porque exigia muitos mais pareceres e uma outra avaliação em termos do espelho de água. O projeto era sempre o mesmo, mas com adaptações. Como

eram projetos de áreas altamente sensíveis, fizeram uma adaptação ao que já estava implementado. -----

-----Respondendo ao Sr. Artur Fresco, disse que as ruas de Portomar estariam prontas nas semanas seguintes. Os parques infantis e de fitness estariam prontos nos dias seguintes. -----

-----Interveio o **Sr. Francisco Reigota**, questionou, relativamente ao projeto da barrinha, quem tinha assinado o projeto, sendo que o projeto tinha sido sempre o mesmo, o que mudava?-----

-----Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, respondeu que a base do projeto tinha sido contratada, o projeto de água não tinha sido submetido a nenhuma candidatura nem a pedido de pareceres. Contrataram apenas uma zona, mas quiseram estender até ao chamado “Campito”, e assim teve que haver alterações/aumento ao projeto. -----

----- Interveio o **Sr. Francisco Reigota**, voltou a questionar quem era o arquiteto do projeto. -----

----- O **Sr. Presidente da Câmara** disse que quem o tinha ampliado e alterado tinha sido o Engenheiro da Câmara com a respetiva autorização do arquiteto que o tinha elaborado.-----

-----**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da Assembleia.**-----

----- Interveio o **Sr. André Monteiro**, que começou por falar acerca da paragem de autocarro de Portomar, referiu que a obra já devia estar feita há bastante tempo, e realçou que o banco de espera era muito pequeno, apenas com 1,40metros. -----

---- Relativamente à página do Facebook do Município, referiu que para além da publicidade que nela existia, a nível turístico, também via algumas publicações, que podiam ter um cariz mais político, o que gerava confusão quanto ao que era institucional e o que era político. Questionou, quanto pagava a Câmara pela página do Facebook em publicidade em 2021. -----

----- Fez um apelo para o orçamento participativo, que ainda estava a decorrer, para as pessoas votarem, mas também tinha um pequeno reparo a fazer ao Presidente de Junta da Praia de Mira. Achava estranho, que embora só houvesse apenas uma proposta da Praia de Mira, um Presidente de Junta anunciar que apoiava a proposta e a incentivar as pessoas a votar na mesma. Não achou bem, pois era o mesmo que ir numas eleições votar a uma junta de freguesia e só lá estar um partido. Ainda por cima, todas as propostas aprovadas eram de prestação pública e não apenas da Praia, comum, portanto, a toda a gente. Achava mal uma instituição pública estar a apoiar um projeto privado.-----

-----Fez uma proposta ao executivo, disse que as antenas da Vodafone e Meo não estavam a ser usadas, deviam portanto ser tiradas.-----

----- Afirmou ainda estar à espera que o Sr. Presidente da Câmara, lhe enviasse o caderno de encargos escolar, que pediu, e ainda não lhe tinha sido entregue.-

----- Interveio o **Sr. Francisco Reigota**, respondeu ao deputado André Monteiro, respeitava a sua opinião na questão do Orçamento Participativo, se existissem duas ou três propostas daquela Freguesia, iriam apoiar as três, havendo apenas uma foi aquela que apoiaram.-----

----- Interveio o **Sr. André Monteiro**, afirmou que não se tratava de um ataque pessoal, apenas achava que nenhuma instituição pública devia apoiar projetos privados. O proponente do Orçamento Participativo era privado. -----

-----Interveio o **Sr. Paulo Grego**, começou por dar nota de uma resposta do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Mário Maduro, disse que a fez por escrito, assim como se tinha comprometido, afirmou que o problema estava resolvido. -----

----- Falou em relação ao plano de vacinação, disse que estava a decorrer muito bem, em termos de organização, e parabenizou quem estava lá a trabalhar. ----

----- Relativamente às obras de asfaltamento, questionou o Sr. Presidente da Câmara, em relação ao empréstimo, disse que como deputado não sabia quanto dinheiro se tinha gasto, nunca lhe foi enviado qualquer lista, e questionou se o

Presidente da Câmara sabia, em percentagem, quanto já se tinha gasto, e qual o ponto de situação daquelas obras.-----

----Interveio o Sr. Gabriel Pinho e reportou-se a requerimento apresentado pelo Partido Socialista em 27 de junho de 2019, cujo assunto era “ esclarecimentos – denúncia de suposta ligação direta de água”. Disse que o requerimento tinha sido entregue pelo Dr. Francisco Reigota e que o Presidente da Junta de Carapelhos estaria envolvido, no entanto, tinha recebido notificação do Tribunal a dar conhecimento de que o processo tinha sido arquivado. -----

----O Sr. Gabriel prosseguiu com um rol de acusações ao Dr. Francisco Reigota, invocando situações passadas há muitos anos, aquando da campanha eleitoral em que tinha sido candidato a Presidente da Câmara o Dr. João Reigota, relembrando problemas com vandalização de cartazes e confrontos verificados entre si e o Dr. Francisco Reigota. -----

----O Dr. Francisco Reigota interveio, criticou o nível de intervenção do Sr. Gabriel Pinho, disse que tinha um discurso incoerente, atabalhado e mal educado e que algumas das acusações ali proferidas, teriam que ser provadas no sítio certo. -----

----Seguidamente, houve troca de acusações mútuas, os ânimos exaltaram-se e o Sr. Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos, por dez minutos. -----

----Retomados os trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa apelou à calma e ao bom-senso de todos e solicitou que se evitasse trazer para aquela Assembleia situações de casos pessoais, caso contrário, teria mesmo que suspender os trabalhos.-----

----Os trabalhos prosseguiram com a intervenção da **Sra. Maria Clara Clemente**, que parabenizou o executivo pelas obras realizadas, nomeadamente os parques de estacionamento nas praias, parques infantis, fitness e pelo investimento feito em vários pontos do Concelho. Questionou se os passeios da Barra também eram para avançar, ou não. -----

----O **Sr. André Gomes**, fez a seguinte intervenção: -----

-----“Caro Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e cumprimento em si todos os que participam nesta sessão da Assembleia Municipal assim como os que nos acompanham a partir desta transmissão. -----

-----Gostava de nesta que será a minha última intervenção enquanto eleito da Assembleia Municipal de Mira, por um intervalo de tempo que infelizmente não creio que venha a ser curto, de aproveitar para ao Dr. Mário Maduro e aos serviços técnicos que o acompanham, por se terem mostrados sensíveis ao meu apelo para que esta sessão da Assembleia Municipal decorresse num formato presencial e num formato telemático. Infelizmente a pandemia não nos deu ainda o merecido descanso, e o nosso concelho tem sido recentemente afetado com um crescente número de novos casos de infetados, que fazem com que não possamos ter qualquer comportamento condescendente para com a pandemia, por isso mais uma vez lhe agradeço o facto de ter permitido a participação à distância nesta sessão da Assembleia Municipal. -----

-----Gostava ainda de deixar essa mesma sugestão para futuro, a si e aos que se vão candidatar ao seu lugar nas próximas eleições autárquicas. Este modelo híbrido de participação, em formato presencial e telemático, permitiria que mesmo aqueles que por limitações de índole pessoal ou profissional, se vêm afastados geograficamente do concelho de Mira, mas que não deixam de forma alguma de nutrir um carinho especial pela sua terra, pudessem desta forma participar politicamente, enquanto eleitos desta assembleia. -----

-----Estou certo de que, se este modelo de participação, fosse a norma e não a exceção, teríamos bastantes Mirenses, que se encontram afastados geograficamente do concelho, a querer participar mais ativamente na vida política do nosso concelho. Deixo aqui esta minha sugestão para o futuro. -----

-----Queria ainda aproveitar esta intervenção para dizer que foi uma honra e foi com um enorme gosto que cumpri este mandato, procurando sempre apresentar propostas que me pareceram ser pertinentes e tentando da melhor forma que soube fiscalizar o trabalho do executivo municipal. Estarei sempre grato ao

Partido Socialista de Mira e em especial ao Dr. Manuel Martins, pela oportunidade que me deu de poder participar nesta Assembleia Municipal. -----

-----Como última intervenção gostaria de solicitar ao senhor Presidente de Câmara uma espécie de autoavaliação aos seus dois mandatos que agora chegam ao fim. E a questão é muito simples e concreta, das largas dezenas de propostas que o senhor presidente apresentou aos Mirenses em sede de campanha eleitoral, ao longo dos últimos atos eleitorais, que percentagem de execução acha o senhor presidente que conseguiu ter? Considera-se merecedor perante essa taxa de execução de pedir novamente aos Mirenses que acreditem novamente em si por uma terceira vez?!”-----

-----O Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara-----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** respondeu ao Sr. André Monteiro, disse que a paragem de autocarro tinha a dimensão legal pedida. -----

-----Relativamente aos gastos com o Facebook, solicitou que fizesse aquele pedido por escrito, uma vez que naquele momento não lhe conseguia dar dados concretos. -----

-----Em resposta ao Sr. Paulo Grego, disse que o plano de asfaltamento estava terminado, e era pedida a última tranche do empréstimo naquela altura. Outras obras de asfaltamento iriam começar, mas, já nada tinham a ver com as anteriores, seriam sim novas empreitadas, que também tinham ido a concurso público no ano anterior. -----

-----Respondendo à Sra. Clara Clemente, disse que estavam a trabalhar num projeto, onde existia um passeio e pista para bicicletas, no entanto ainda não passava de um projeto.-----

-----Relativamente ao que o Sr. André Gomes questionou, referiu o plano de ação estratégico, aprovado em 2014/2015, por todos, numa decisão unânime, e onde nomeava várias das obras executadas e em execução, que estavam previstas naquele mesmo plano estratégico. -----

---- Por último, disse que aquela Assembleia Municipal, não era o local para falar sobre a sua candidatura e que não o iria fazer.-----

----**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra aos membros da Assembleia.**-----

----Interveio a Sra. **Zélia Morais**, questionou o Sr. Presidente da Câmara, sobre o alcatroamento das estradas de Carromeu. Falou da estrada de Matos de Baixo, nas Pedregueiras que também precisava de ser intervencionada, bem como, a estrada no Alto da Portugália na Ermida.-----

----Interveio o Sr. **Manuel Inocêncio**, questionou qual a taxa de vacinação já alcançada, quais as medidas tomadas e se se iriam ou não recuar nas medidas de desconfinamento.-----

---- Questionou ainda, qual o ponto de situação, relativamente à problemática dos afluentes que afetavam os recursos de água, queria saber se havia algum avanço sobre a construção da ETAR.-----

----Interveio a Sra. **Telma Salvador**, saudou o executivo municipal por mais um ano da bandeira azul em ambas as Praias do concelho, era um reflexo inquestionável sobre a sua qualidade.-----

---- Questionou se existia algum plano de vigilância em curso para as Praias do concelho, se tinha sido feito algum reforço no plano de vigilância, devido à pandemia.-----

---- Questionou ainda se existia algum programa de animação durante a época balnear na Praia de Mira.-----

---- Questionou se havia previsão para o fim das obras no mercado da Praia de Mira, ou alguma alternativa para a época balnear.-----

----**O Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.**-----

----O Sr. **Presidente da Câmara** respondeu à Sra. Zélia Morais, disse que as ruas de que falava estavam para ser arrançadas, não estavam esquecidas. Esperava resolver o problema para breve.-----

-----Em resposta ao Sr. **Manuel Inocêncio**, relativamente aos dados sobre Covid 19, pediu para que fosse a Dra. Madalena Santos a responder. -----

-----Interveio a **Dra. Madalena Santos** disse que havia quarenta e sete casos ativos, trinta e três em isolamento. Estavam distribuídos por várias freguesias. Quinhentos e sessenta e dois casos recuperados, e dezasseis óbitos. Tinha estado em isolamento uma turma do agrupamento de escolas, mas já tinha retomado na segunda feira anterior, tinham isolado naquele mesmo dia outra turma do primeiro ciclo.-----

----- A vacinação, rondava os 40% da população já vacinada, o total de doses completas era de cinco mil duzentos e cinquenta (5250), com primeiras doses administradas tinham seis mil setecentos e oitenta e sete (6787).-----

---- Foi feito um pedido especial a Coimbra, para a vacinação dos nadadores-salvadores, antes do início da época balnear, mas a resposta àquele pedido tinha sido dada naquela altura, e o pedido tinha sido negado. Iam ser agora integrados a partir do 4 de julho para a vacinação, em conformidade com as respetivas idades. -----

-----Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** disse, que em relação o desconfinamento, iriam recuar, a dúvida era se recuavam um ou dois patamares.

-----Em resposta ao deputado Manuel Inocêncio, falou que teve oportunidade de estar com o Ministro do Ambiente, e que tinha sido ouvido na Comissão Parlamentar do Ambiente, onde demonstrou o seu descontentamento e desagrado. O Governo tinha estado bem a desbloquear as verbas, mas no entanto, tinham alguns atrasos a desbloquear despesas urgentes, como era aquela situação em que deveriam ser mais rápidos, o que era inconcebível. No entanto tinham tido uma boa abertura por parte do Ministro, mas tinha que se insistir sempre, para que aquelas verbas viessem o mais rápido possível. -----

-----Falou na possibilidade de reunir um grupo de trabalho para ver medidas, em relação à quantidade de efluentes que eram colocadas por algumas indústrias,

nomeadamente o caso da Lactogal, que era um produtor de grande quantidade de efluente. -----

-----Em relação à bandeira azul seria hasteada na sexta-feira seguinte.-----

----- Quanto ao plano de vigilância deixava uma palavra à “Adamastor” e a toda a área da proteção civil, aos bombeiros, esperava que corresse tudo bem e que fossem vacinados rapidamente, para não ficarem infetados o que, para além de tudo, poderia levar ao fecho das praias.-----

----- Relativamente ao mercado da Praia de Mira disse que ia abrir durante dois meses. Ia ser instalada uma tenda que funcionaria com o mesmo número de vendedores que tinham todos os anos e com os mesmos serviços. -----

-----Interveio a **Sra. Vera Manco**, que questionou o facto de terem retirado o escorrega da pré escola da Lentisqueira.-----

-----Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** disse que teve a informação que estava em vias de ser colocado novamente.-----

-----Interveio o **Sr. Carlos Nora** referiu a propósito da situação do ambiente, e dando o exemplo de Cantanhede, relativamente a Praias Fluviais, disse que Mira poderia ter algumas, nomeadamente na Ermida, no Casal São Tomé, na Lagoa e na Barrinha da Praia de Mira. Até aquele momento não conseguiram fazer nada e muita coisa ainda havia a fazer. No entanto, falou que o objetivo principal era resolver o problema do ambiente, para que se pudesse usufruir daquelas águas. -----

-----Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, pediu para fazer duas correções, a primeira, relativamente ao problema do ambiente disse que tinham que pressionar o governo, de forma a fazer a ETAR o quanto antes. A segunda, relativamente à notícia dos Olhos da Fervença disse que era um projeto global de quatro milhões de euros, ao qual também se tinham candidatado, essa candidatura foi de setecentos mil euros, o projeto global é que tinha sido de quatro milhões de euros.-----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA (Art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):-----

-----PONTO UM: **Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º. 2, do art.º. 25º., do Anexo I, da Lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação – Tomada de conhecimento.**-----

-----Interveio o deputado **André Monteiro**, questionou o sr. Presidente da Câmara acerca da página nove, processos administrativos de contra ordenação em junho de 2021, onde estavam três processos abertos pela GNR ao Município de Mira, por falta de gestão combustível, o que seria um péssimo exemplo para aquela entidade, que andava sempre a pressionar os particulares para o fazerem e depois não faziam eles próprios o trabalho de casa.-----

---- Fez algumas questões em relação aos contratos na página vinte e dois, onde falava da aquisição de novos servidores no valor de vinte e sete mil euros. Todos os anos se compram servidores e material informático, disse que lhe enviava a lista, mas nunca a tinha recebido.-----

--- Falou na elaboração do contrato de serviços de assessoria jurídica na área de direito, onde na base.gov existia outra contratação de aquisição de serviços, que falava de uma emissão de um parecer jurídico que custou seis mil euros à Câmara Municipal de Mira, mas não estava naquele relatório inicial, e devia estar, e depois tinham uma avença no valor de catorze mil e quatrocentos euros, com outra jurista, supostamente com trabalho todos os meses, porque é que não tinha feito o parecer contratado por seis mil. -----

---- Mostrou a sua preocupação, acerca da página vinte e três, onde estavam por pagar compromissos na ordem dos 11006808,77€ (onze milhões, seis mil oitocentos e oito euros e setenta e sete cêntimos) por parte do município.-----

---- Questionou ainda, em relação a página vinte e oito, receita corrente, tendo havido uma evolução positiva na receita corrente entre maio de 2018 e maio de

2021, mas nada dizia sobre a despesa corrente, devendo haver uma comparação no mesmo período. -----

-----Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, demonstrando total confiança nos serviços da Câmara, em particular no serviço de informática, disse que se os servidores foram comprados foi porque havia necessidade, ficou de pedir a listagem e verificar. -----

---- Em relação ao parecer jurídico, por ser demasiado técnico e específico, foi contratado a uma especialista da área, sendo normal desde sempre este tipo de pareceres serem pedidos a professores universitários, os maiores mestres na área do urbanismo, recorrendo a eles sempre que necessário.-----

---- Em relação à matéria dos compromissos por pagar, esclareceu o Senhor Presidente que os mesmos estavam cabimentados e estava garantido o financiamento para os pagar.-----

-----VOTAÇÃO-----

-----Tomado conhecimento-----

-----**PONTO DOIS: Aprovação, nos termos da alínea g), do nº. 1, do art. 25º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, da 1ª. alteração do Regulamento do comércio a retalho não sedentário do Município de Mira** -----

-----Interveio o **Sr. Presidente de Câmara**, que disse que, após ouvir os feirantes, estavam em condições de aprovar o mesmo.-----

----- Interveio o **Sr. Paulo Grego**, dando conta que não tinha recebido nenhuma certidão dos pontos que iam ser votados naquela assembleia, questionando se os mesmos assuntos tinham ido a reunião de Câmara.-----

-----Interveio o **Sr. Presidente de Câmara** disse que os mesmos foram votados, desconhecendo porque é que as certidões não foram juntas com o resto das aprovações.-----

-----VOTAÇÃO-----

-----Submetido a votação o ponto dois da ordem do dia, foi aprovado por unanimidade.-----

-----**PONTO TRÊS: Apreciação e votação, nos termos do previsto na alínea I), do nº. 2, do artº. 25º. do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na redação da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro, dos documentos de prestação de contas do ano de 2020 e apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do ano de 2020 e a respetiva avaliação-**

-----Tomou a palavra o **Sr. Presidente da Câmara**, que começou por agradecer a todos os serviços camarários, em particular a unidade de contabilidade na pessoa do seu chefe Dr. João Rocha, pelo excelente trabalho desenvolvido por toda a equipa.-----

----- Em relação ao ano de dois mil e vinte (2020) afirmou terem alcançado grandes taxas de execução, 86% na receita, 84,1% da despesa, tendo sido uma gestão de rigor e exigência.-----

----- Destacou o ano 2020 em que o município executou 2400000 de euros de investimento Público, elevando para 7000000 de euros investimento efetuado durante o mandato autárquico.-----

----- Já tinham comprometido até aquele momento 6800000 euros de novos investimentos preparados para executar, nomeadamente a eficiência energética da piscina e outro de bio resíduos.-----

----- O município assumiu compromissos no valor de 14.400.000 de euros, executou 13.800.000 de euros e pagou 13.100.000 de euros, sem pagamentos em atraso e tendo um prazo médio de pagamento de cinquenta e oito dias.-----

----- Disse, que além de não terem nenhuma dívida em atraso, foi reduzida a dívida total a fornecedores em 28%. Tinham reduzido também o passivo em 24%. A nível de endividamento, naquele momento, o município tinha uma capacidade de 10000000 de euros de endividamento, tendo em conta que foi assumido o passivo da AIBAP mesmo não sendo obrigação no município.-----

---- Terminou o Sr. Presidente de Câmara dizendo que aquelas contas eram auditadas pelo professor Marques de Almeida, auditor e revisor oficial de contas, e que as mesmas eram revistas mensalmente, cumprindo todas as normas regulamentares em vigor, tendo aquele relatório parecer positivo por parte do revisor oficial de contas.-----

-----Interveio o deputado **André Monteiro**, mostrando alguma reserva para determinadas rubricas, nomeadamente a de clientes, não sendo possível identificar todos os titulares, não era possível assegurar que todos os bens registados contabilisticamente existissem efetivamente. O sistema de inventário permanente não estava totalmente implementado, no controlo interno, nas áreas de tesouraria e imobilizado existências e conciliação periódica de custos, não era possível confirmar a titularidade de cento e dezanove imóveis, problemas estes que já vinham de anos anteriores e que ainda não tinham sido retificadas.-

-----Interveio o deputado **Paulo Grego**, deu os parabéns a parte técnica da Câmara na elaboração daquele relatório de contas, em jeito de brincadeira, tinha tanta capacidade que até já estavam a aprovar o relatório de contas de 2021, que era o que constava na capa do documento.-----

-----Mostrou as mesmas reservas que o deputado anterior, afirmou que todos aqueles problemas já vinham dos anos anteriores e o executivo ainda não tinha conseguido resolvê-los. Questionou sobre o que seria necessário a Câmara fazer para ter o registo daquilo que era seu. Eram problemas que envergonhavam a todos.-----

-----Tomou a palavra o deputado **Carlos Nora**, disse que seguia a mesma linha de preocupações dos restantes deputados, pediu à contabilidade, relativamente ao balanço, pag85-86, esclarecimento relativo ao ativo corrente e questionou também a que se referiam os deferimentos na rubrica do passivo.-----

-----Interveio o **Dr. João Rocha**, explicou que estavam a comparar dois anos com sistemas de contabilidade completamente diferentes, tendo a ver com mudanças de normativos. Em dois mil e dezanove não se contabilizaram os

subsídios ao investimento, aquando da outorga do contrato, que a entidade Portugal 2020, lhes ia financiar uma determinada obra, não faziam isso em 2019, porque não era exigido, e a partir de 2020 começaram a fazer aquele trabalho, que, cada vez que havia uma outorga de um subsídio ao investimento, consideravam que eram devedores por transferências ainda não recebidas, e consideravam nos deferimentos, também no passivo, a parte do que já tinham recebido, mas cujos ativos ainda não estavam em funcionamento, ainda não estavam em depreciações, portanto à medida que foram acontecendo depreciações, os diferimentos no passivo iam-se transformando em resultados líquidos e depois em capital.-----

----- Em relação à reserva de clientes o mesmo disse que não era fácil contactar e obter resposta por parte dos clientes da câmara, notificados para identificarem as suas dívidas com aquela identidade, visto a maioria serem particulares, e dificilmente chegariam a obter resposta.-----

-----Interveio o **Sr. Presidente de Câmara**, aludindo para a verificação do primeiro relatório do auditor, onde havia dezasseis reservas, e naquele momento tinham sido recuperadas treze, admitiu que apesar de nos últimos anos ainda haver três reservas que não estavam fáceis de solucionar, não pararam de tentar. -----

-----VOTAÇÃO-----

-----Submetido a votação o ponto três da ordem do dia, foi aprovado por maioria com votos contra do PS e do MAR e os votos a favor, do PSD.-----

-----**PONTO QUATRO: Aprovação de nova minuta do Acordo de Financiamento do serviço intermunicipal e inter-regional, nos termos da alínea k) do nº. 1 do artigo 25º., ambos do anexo I da Lei n.º.75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.**-----

-----Interveio o **Sr. Presidente de Câmara**, que informou, que naquele momento quem tinha a competência dos transportes, era a CIM, e o que estava

protocolado com eles era igual pelos restantes municípios, delegando assim aquelas competências. -----

-----Interveio o deputado **André Monteiro** dando a conhecer que lhe faltavam alguns documentos. Afirmou que achava importante Mira ter uma rede de transportes públicos e que o município devia fazer força perante a CIM, para que o mesmo existisse e fosse eficiente.-----

-----Em resposta, o **Sr. Presidente de Câmara** disse que aquele esforço estava a ser feito por parte da comunidade intermunicipal, para que fosse feita uma rede intermunicipal. Deu também a conhecer que iria existir um transporte a pedido, onde as pessoas ligavam e o transporte era feito pela CIM.-----

-----VOTAÇÃO-----

-----Submetido a votação o ponto quatro da ordem do dia, foi aprovado por maioria, com um voto contra do MAR e os restantes votos a favor, do Ps e PSD.-

-----**PONTO CINCO: Aprovação, nos termos da alínea j) do no 1 do artigo 25º. do Anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, da atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Mira.**-----

-----Interveio o **Sr. Presidente de Câmara**, disse que era do conhecimento geral, a cedência do espaço para a sede da Junta de Freguesia de Mira, para que houvesse a possibilidade de iniciar as obras.-----

---- Interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Mira, Artur Fresco**, deu a conhecer o ponto de situação das obras de requalificação do espaço para a sua sede. Tendo o projeto inicial que ser revisto, pois não houve resposta ao concurso para efetuar as obras, atrasando o mesmo, a Junta de Freguesia já começou com alguns trabalhos de demolição para facilitar e adiantar serviço. Agradeceu, no entanto, o apoio dado pelo município pois era fundamental para a conclusão da obra. -----

-----VOTAÇÃO-----

-----Submetido a votação o ponto cinco da ordem do dia, foi aprovado por maioria. Abstenção do PS e do Mar e votos a favor, do PSD. Não participou na

votação o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira, em cumprimento das disposições legais, por ser interessado na matéria.-----

-----**PONTO SEIS: Isenção do pagamento das mensalidades do contrato de fidelização - não ocupação do Parque Municipal de Campismo da Praia de Mira, no contexto da pandemia da doença covid-19 – Tomada de conhecimento.**-----

-----Interveio o **Sr. Presidente de Câmara**, dando a conhecer que, durante a pandemia, quem tinha contratos anuais no Parque de Campismo, não seriam cobradas taxas desse período.-----

-----**VOTAÇÃO**-----

-----Tomado conhecimento-----

-----Terminada a ordem de trabalhos da sessão, procedeu-se à aprovação da minuta da respetiva ata, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

-----Por fim, ficou, desde logo, marcada uma sessão extraordinária para dia vinte e dois de julho, para aprovação da consolidação de contas, bem como a próxima sessão ordinária para dia dois de setembro, ambas pelas dezoito horas. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

---- E nada mais havendo a tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarada encerrada a sessão pelas vinte horas e dez minutos, da qual, para constar, se lavrou a ata, em que as respetivas deliberações foram todas tomadas como se referiu no texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 3 e 4 do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Mesa,

(Nelson Miranda Cadete, Prof.)

O 1º Secretário,

(Regina Maria Duarte Serrano, Eng.ª)